

# AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DA GESTÃO NA ESCALA DO BIOMA AMAZÔNICO: RESUMO DO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO, PROGRESSO E RECOMENDAÇÕES



IAPA: Integração  
das Áreas Protegidas  
do Bioma Amazônico

Esta publicação é desenvolvida no âmbito do projeto Integração das Áreas Protegidas do Bioma Amazônico (IAPA) e é uma contribuição para o fortalecimento da Visão Amazônica.

O projeto IAPA é financiado pela União Europeia, coordenado pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e implementado conjuntamente com a World Wildlife Fund (WWF), a União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN), ONU Meio Ambiente e Redparques.

O material apresentado nesta publicação bem caomo as denominações utilizadas para as entidades geográficas não implica de forma nenhuma a expressão de uma opinião por parte da União Europeia, UICN, FAO, WWF, ONU Meio Ambiente e Redparques sobre a situação jurídica ou o nível de desenvolvimento de um país, território ou zona, das suas autoridades ou sobre a demarcação dos seus limites ou fronteiras.

Direitos Reservados: © REDPARQUES – Projeto IAPA - Visão Amazônica

#### Citação assim:

REDPARQUES - Projeto IAPA. Avaliação da efetividade da gestão na escala do bioma amazônico: resumo do processo de construção, progresso e recomendações. União Europeia, WWF, FAO, UICN, ONU Meio Ambiente. Bogotá Colômbia.

## Acrônimos

---

- AEMAPPS: Análise de Efetividade do Manejo de Áreas Protegidas com Participação Social (pelas suas siglas em espanhol)
  - AP: Áreas Protegidas
  - EGEM: Estado da Gestão y Efetividade do Manejo (pelas suas siglas em espanhol)
  - EEM: Avaliação da Efetividade do Manejo (pelas suas siglas em espanhol)
  - METT: Ferramenta de Monitoramento da Efetividade da Gestão do Banco Mundial (pelas suas siglas em inglês)
  - RAPPAM: Avaliação Rápida de Efetividade da Gestão e Priorização de Áreas Protegidas (pelas suas siglas em inglês)
  - SAMGe: Sistema de Análise e Monitoramento da Gestão
  - UC: Unidade de Conservação
-

## Equipe técnica e diretiva

### Consultor

- Sandra Navarrete

### EQUIPE TÉCNICA

#### Bolívia

Serviço Nacional de Áreas Protegidas da Bolívia

- Antonio Pereira
- Ramiro Lizondo (2015)

#### Brasil

Ministério do Meio Ambiente do Brasil

- Lilian Hangae
- Ricardo Brochado Silva

#### Colômbia

Parques Nacionais Naturais da Colômbia

- Andrea Barrero
- Miller Aldana

#### Equador

Ministério do Ambiente do Equador

- Mariela Garrido (2015)
- Marcela Torres

#### Guiana

Comissão Nacional de Áreas Protegidas da Guiana

- Damian Fernandes (2015 – 2017)
- Odacy Davis

#### Guiana Francesa

Parque Amazônico da Guiana Francesa  
Antoine Messenger

#### Peru

Serviço Nacional de Áreas Naturais Protegidas pelo Peru

- Cindy Vergel
- Rudy Valdivia (2015 – 2016)

#### Suriname

Serviço Florestal do Suriname

- Bryan Pinas

#### Venezuela

Instituto Nacional de Parques da Venezuela

- Elitany Raga (2015 – 2017)

## Equipe coordenadora Projeto IAPA

### FAO

- Carolina Sofrony Esmeral
- Claudia Marín Daza
- Hivy Ortiz-Chour
- José Antonio Gómez Díaz
- Juliana Vélez Gómez
- Mónica Salinas Venegas

### UICN

- Karen Hildahl
- María Moreno de los Ríos
- Sergio Garrido (2015 – 2017)

### ONU Meio Ambiente

- Alberto Pacheco Capella
- Juan Carlos Duque

### WWF

- Ana Isabel Martínez
- Paula A. Bueno Martínez
- Sandra Valenzuela
- Ximena Barrera

## Agradecimientos

- Diretores dos Sistemas de Áreas Protegidas dos países amazônicos
- Delegação da União Europeia
- Fundo Mundial para a Natureza (WWF)
- Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO)
- Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (ONU- Meio Ambiente)
- União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN)

### Desenho:

Giselly Mejía

### Fotografia da capa:

© Ángel Pineda/ Ministério do Ambiente do Equador. Reserva Biológica Cerro Plateado, Equador.

# Resumo



© Sergio Garrido / Reserva Biológica Limoncocha, Ecuador.

## POR QUE PENSAR EM UM PROTOCOLO À ESCALA DO BIOMA?

De acordo com Cifuentes, Izurieta e Faria (2000) a gestão de uma área protegida requer a sincronia de diferentes aspectos que devem se interconectar. Desta inter-relação depende o sustento ao longo prazo dos valores pelos quais a área foi declarada, sejam esses naturais, culturais e sociais. Igualmente, não se pode desconhecer assuntos legais, administrativos, sociais, de planejamento, institucionais, entre outros, que devem ser orientados à preservação dos valores da área. A sincronia dos elementos requer uma estratégia de planejamento adaptável que oriente e guie a gestão efetiva duma área protegida.

O sucesso das áreas protegidas como uma ferramenta para a conservação está baseado no suposto de que elas são gerenciadas para proteger os valores que elas contêm. A conquista de um manejo efetivo não é uma tarefa simples, é muito importante definir objetivos de gestão e mecanismos de governança de acordo com os objetivos, e assim mesmo, a implementação de estratégias de gestão que materializem a governabilidade, e contar com recursos suficientes para garantir a implementação

e a sustentabilidade a longo prazo (Mayorquin, Valenzuela y Rangel-Ch., 2010).

Na atualidade, existem diferentes propostas metodológicas para a abordagem do monitoramento da efetividade do manejo das áreas protegidas, algumas focadas nos processos administrativos, institucionais, políticos e legais, que identificam se o Plano de Manejo está sendo implementado adequadamente. Outras estão focalizadas em medir se a área favorece a manutenção das características ecológicas e o melhoramento da qualidade de vida das comunidades humanas, próximas ou dentro da área (Programa Ambiental Regional para Centroamérica - PROARCA, 2004).

Porém, estas ferramentas foram construídas para responder no contexto geográfico específico, ou seja, na área protegida em si. É importante também evidenciar o papel das áreas no contexto administrativo e geográfico em que elas estão inseridas, isto é, como seu bom manejo e gestão permitem atingir um dos objetivos de conservação a escalas maiores, por exemplo, no âmbito nacional e regional.

Assim, os países amazônicos<sup>1</sup> elaboraram a iniciativa Visão Ecosistêmica da Conservação da diversidade biológica e cultural do Bioma amazônico (Visão amazônica), que tem como objetivo principal estabelecer mecanismos conjuntos que permitam o cumprimento efetivo dos objetivos de conservação em resposta aos compro-



© Archive, Reserva Extrativista Rio Xingu River - ICMBio,

missos adquiridos através do Programa de Trabalho sobre Áreas Protegidas do Convênio sobre Diversidade Biológica (PTAP-CDB) com base nos mandados nacionais e regionais que instrumentalizam o referido Programa (REDPARQUES, 2016).

Com a implementação da Visão Amazônica foi demonstrada a necessidade de ter um mecanismo através do qual possa se evidenciar a contribuição das áreas protegidas amazônicas à conservação e gestão efetiva do bioma amazônico. De igual maneira, para identificar os pontos fracos que requerem gestão para serem fortalecidos mediante alianças estratégicas entre os países (REDPARQUES, 2016).

Para construir esse mecanismo, parte-se da necessidade de identificar e interpretar de forma conjunta as variáveis das diferentes ferramentas de avaliação da efetividade da gestão desenvolvidas em cada país, partindo de uma análise de temáticas e indicadores no âmbito regional.

---

1 Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Peru, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa.

---

## ANTECEDENTES QUE ORIENTAM SUA CONSTRUÇÃO

De acordo com as conclusões da REDPARQUES (2016), a medição da efetividade no manejo das áreas protegidas hoje em dia é uns dos maiores acontecimentos na gestão dos sistemas de áreas protegidas no mundo inteiro. Com ênfase no bioma amazônico, os oito países amazônicos e o território franco-guianês contam com ferramentas institucionalizadas para medir o sucesso no manejo e a gestão de suas áreas protegidas, como resultado da vontade dos governos para gerar processos que expressem as fortalezas, fraquezas e necessidades das áreas, permitindo em grande medida alcançar uma gestão adaptativa de acordo com os resultados de cada análise.

De acordo com a REDPARQUES (2016) os países do bioma amazônico têm avançado no desenvolvimento de métodos standardizados de análise, critérios e indicadores que lhes permitem medir a efetividade do manejo de suas áreas protegidas. De igual maneira, é importante ressaltar que os resultados obtidos pelos países são insumos para os relatórios nacionais que são enviados ao Convênio de Diversidade Biológica. Também se reconhece a adoção de recomendações produto das análises para a gestão efetiva, atualização dos sistemas de planejamento, gestão de

projetos, melhora das brechas financeiras, entre outros.

De acordo com os relatórios do Programa de Trabalho de Áreas Protegidas (2011-2015), sete dos países amazônicos têm ferramentas de avaliação de manejo institucionalizadas ao interior dos sistemas de áreas protegidas, ferramentas que são aplicadas periodicamente (em ciclos anuais, a cada três e a cada cinco anos). Em maior escala, há progressos na implementação de experiências concretas de gestão conjunta de territórios transfronteiriços como o Programa Trinacional La Paya (Colômbia) – Güeppí Sekime (Peru) – Cuyabeno (Equador), bem como corredores ecológicos no Brasil. Em conclusão, o estabelecimento de parâmetros de gestão conjunta para garantir a manutenção e a sustentabilidade da biodiversidade a longo prazo à escala regional é reconhecido como um desafio a ser enfrentado, isto é, não continuar considerando áreas protegidas como áreas isoladas nem a gestão dos países amazônicos de forma desarticulada (REDPARQUES, 2016).

As ferramentas de avaliação de efetividade do manejo implementadas pelos países utilizam referentes internacio-

nais como o Quadro de Referência da Comissão Mundial de Áreas Protegidas da UICN onde são abarcados cinco elementos chaves (contexto, planejamento, insumos, processos, produtos e resultados), a Ferramenta de Monitoramento da Efetividade do Manejo do Banco Mundial (METT) e a Avaliação Rápida da Efetividade do Manejo e Priorização de Áreas protegidas do WWF (RAPPAM). Com esses referentes, os países adaptaram métodos de avaliação sistemáticos onde se refletem as prioridades e interesses de análise dos sistemas nacionais de áreas protegidas. Os resultados das análises são instru-

e a heterogeneidade de ferramentas e atores que participam na medição e interpretação dos resultados para melhorar a gestão do território.

Porém, nos últimos anos a implementação de ferramentas de avaliação e análise da efetividade do manejo tem sido assumida como um exercício regular por parte do pessoal que trabalha nas áreas protegidas, e também se evidencia a importância e a aplicabilidade das análises para a tomada de decisões em termos de planejamento e gestão dos sistemas de áreas protegidas, para gerar uma cultura de confiança entre técnicos e diretivos para dar credibilidade aos resultados das análises em prol de uma melhora na gestão das áreas (ex: investimentos gerenciados no âmbito nacional que se refletem ao nível das áreas protegidas).

Igualmente, a partir das ferramentas que são aplicadas tornou-se visível a importância de considerar variáveis de análise que dão informação sobre dimensões territoriais de governança, vulnerabilidades climáticas, entre outros. É verdade que o alcance das análises é local, mas é possível transpor a análise para o contexto regional, considerando o papel das áreas protegidas na paisagem onde se encontram (REDPARQUES, 2016).



© Projeto IAPA / Durante uma oficina do Grupo Temático de Efetividade do Manejo, Letícia, Colômbia.

mentos determinantes no planejamento e a definição das prioridades para a ação institucional, legal, de capacidades do pessoal, recursos, etc.

De acordo com a REDPARQUES (2016), ainda são evidentes certas fraquezas dos métodos de coleta de dados e de manejo de evidências, a falta de perspectivas no âmbito regional ou da paisagem,



---

## COMO FOI CONSTRUÍDO?

Partindo da revisão e da análise de processos de Avaliação da Efetividade do Manejo nas áreas protegidas do bioma amazônico, a linha base foi apresentada aos delegados dos países amazônicos em novembro de 2015; como resultado da oficina é obtida a primeira versão de temáticas à escala do bioma. Posteriormente começa um processo de revisão de cada uma das ferramentas de EEM aplicadas pelos países, onde se analisa a situação da efetividade do manejo nas áreas protegidas dos países amazônicos e se identificam indicadores e as variáveis comuns que respondem as temáticas<sup>2</sup> à escala do bioma.

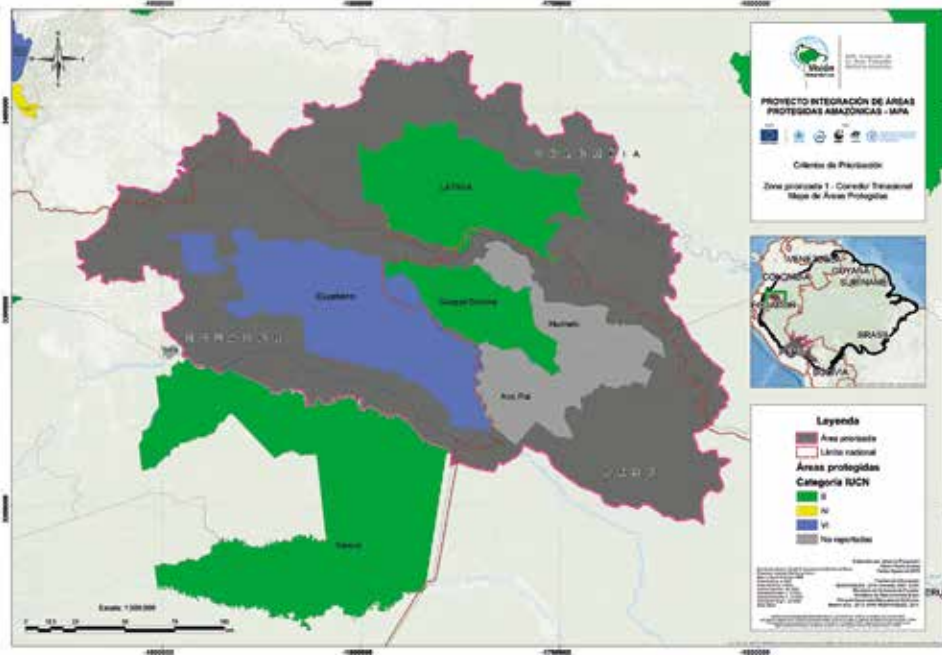
O documento com a proposta do Protocolo é elaborado, no qual se identificam variáveis comuns, opções de cálculo, standardização de escalas de avaliação e apresentação dos dados. Isto foi validado em uma reunião com o Grupo Temático na cidade de Letícia (Amazonas, Colômbia) de 19 a 25 de maio de 2017.

A partir da reunião de Letícia, fazem-se ajustes ao protocolo e iniciam-se provas preliminares nas áreas da Paisagem Norte (Parque Nacional La Paya – Colômbia, Reserva de Produção Faunística Cuyabeno – Equador e Parque Nacional Güeppí-Sekime – Peru) e da Paisagem Sul (Reserva Natural de Vida Silvestre Amazônica Manuripi – Bolívia, Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema – Brasil, Parque Nacional Alto Purús e Reserva Comunal Purús – Peru).

---

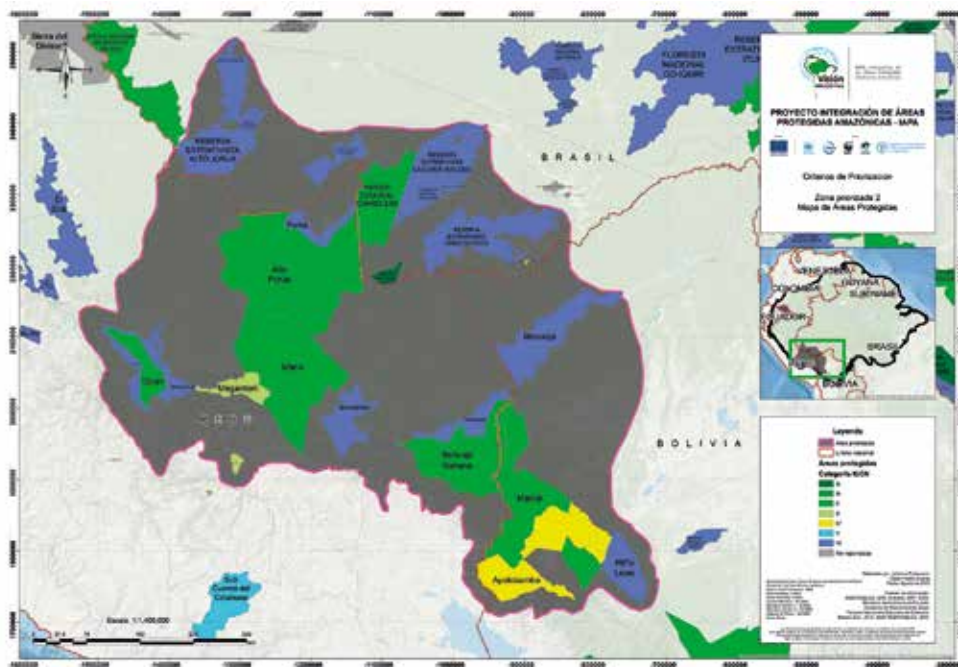
2 Temáticas à escala do Bioma Amazônico: Governança, Mudança Climática, Avaliação de impactos socioambientais, Programas de manejo (Estratégias de gestão para o manejo), Cumprimento dos objetivos de conservação das áreas protegidas.

**Figura 1. Corredor Trinacional de Áreas Protegidas La Paya-Cuyabeno-Güeppí Sekime (Paisagem Norte)**



Fonte: Prüssmann e Suárez, 2015

**Figura 2. Paisagem Sul**



Fonte: Prüssmann e Suárez, 2015

O relatório das provas preliminares foi validado na reunião com o Grupo Temático, a escala de standardização foi ajustada e o protocolo aplicado a 62 áreas protegidas amazônicas da Bolívia (1 área protegida), o Brasil (Estado do Acre, 8 áreas protegidas), a Colômbia (11 áreas protegidas), o Equador (8 áreas protegidas) e o Peru (34 áreas protegidas).



---

## O QUE SE ESPERA DO PROTOCOLO?



© Rodrigo Botero / Parque Nacional Natural Sierra de la Macarena, Colômbia.



© A. Gambarini/ WWF Bolivia. Monitoramento e controle na Reserva Natural de Vida Silvestre Amazônica Manuripi, Bolívia.

### Objetivo Geral:

Analisar as contribuições que provêm as estratégias de manejo implementadas pelas áreas amazônicas protegidas, em função da conservação e a gestão efetiva do bioma amazônico.

### Objetivos específicos:

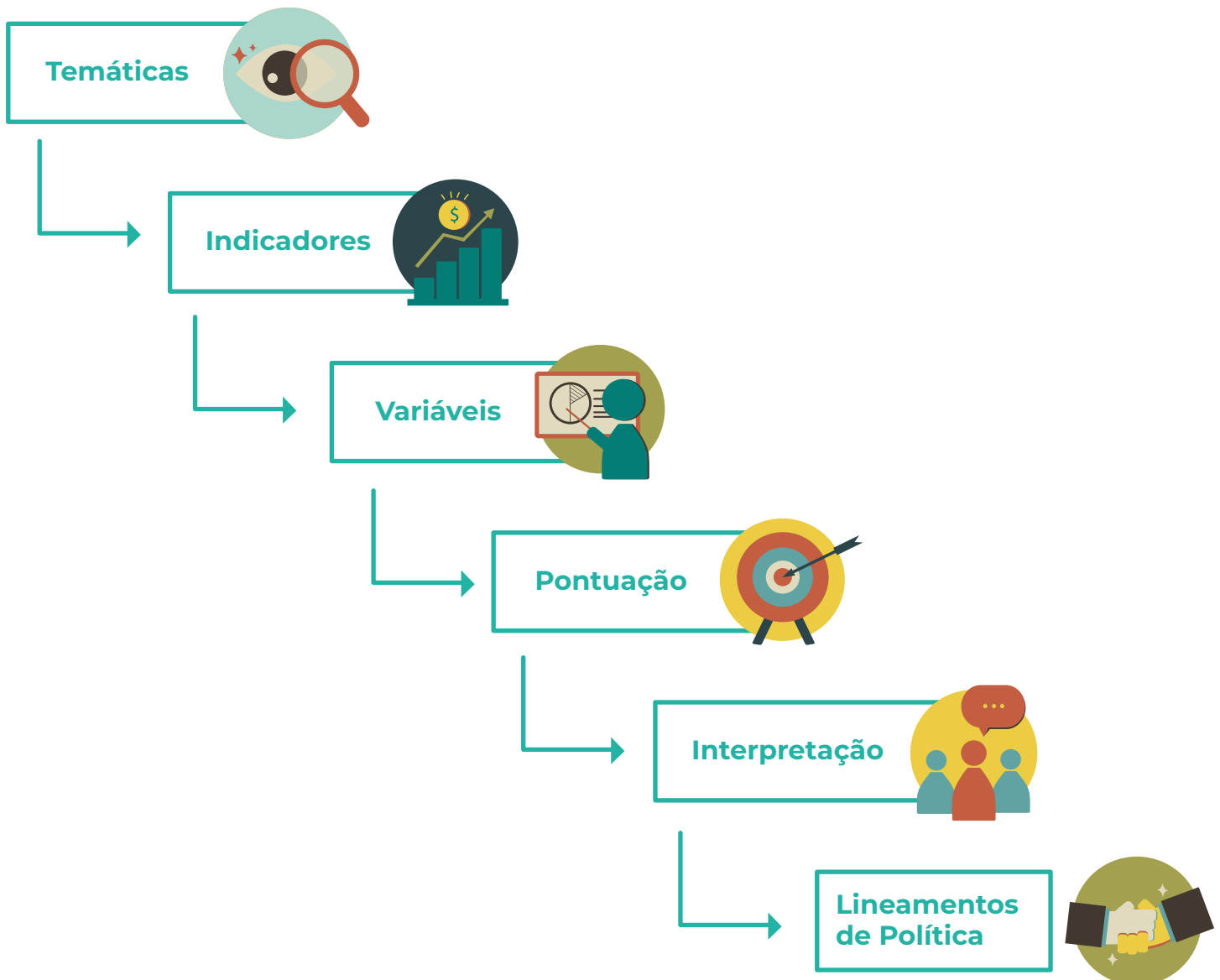
1. A partir dos dados gerados pelas metodologias usadas por cada país para a EEM, dar informação sobre as temáticas prioritizadas para a análise do bioma.
2. Contar com uma metodologia estandardizada a partir do acordo sobre indicadores e variáveis comuns.
3. Fortalecer os países-membros do bioma amazônico em termos das capacidades para aplicação do protocolo e interpretação de resultados.
4. Identificar lições aprendidas sobre o processo de aplicação e interpretação do protocolo, a partir de exercícios-piloto.

## COMO FOI DESENHADO O PROTOCOLO?

O protocolo tem como fundamento cinco linhas temáticas à escala do bioma amazônico, que foram construídas e validadas em um trabalho conjunto com os delegados do Grupo Temático, iniciando sua formulação na reunião de novembro de 2015 y validadas em reunião de maio de 2017.

Temática	Indicadores
1. Governança	1.1. Tipos de governança legalmente constituídos.
	1.2. Mecanismos legais que habilitam a participação na tomada de decisões.
	1.3. Acordos de manejo compartilhado / delegado / colaborativo / outros
	1.4. Mecanismos de distribuição de custos e benefícios das áreas protegidas.
	1.5. Mecanismos de solução de conflitos.
	1.6. Figuras de ordenamento fronteiroço.
2. Mudança Climática	2.1. Estudos de caracterização climática (histórica e futura) da área protegida.
	2.2. Estratégias de adaptação (manejo adaptativo, redução de riscos climáticos, aumento da resiliência climática, outros).
	2.3. Ameaças / Riscos climáticos nas áreas protegidas.
	2.4. Mecanismos que incluem as áreas protegidas como estratégia de gestão da mudança climática.
3. Avaliação de impactos socioambientais	3.1. Estratégias de mitigação dos impactos negativos.
	3.2. Beneficiários (dos serviços que a área protegida presta).
	3.3. Impacto económico (alternativas produtivas sustentáveis).
	3.4. Comunidades que habitam o território são beneficiadas pela área protegida.
4. Programas de manejo (estratégias de gestão)	4.1. Biodiversidade.
	4.2. Sociais / Participativos.
	4.3. Uso público.
	4.4. Educação.
	4.5. Capacidades institucionais para o manejo (orçamento, pessoal, capacitações, outros).
	4.6. Estratégias de ordenamento territorial que integram áreas protegidas.
5. Cumprimento dos objetivos de conservação das áreas protegidas	5.1. Espécies ou ecossistemas conservados.
	5.2. Bens e serviços ecossistêmicos gerados.
	5.3. Valores culturais.
	5.4. Usos sustentáveis.
	5.5. Mudança no nível de pressões.
	5.6. Saúde dos valores objeto de conservação.

A partir dos já mencionados indicadores foi iniciada a revisão das ferramentas de avaliação de efetividade do manejo aplicadas pelos países amazônicos, revisando em cada uma a metodologia de avaliação, as variáveis, os indicadores, a escala de qualificação e a interpretação de resultados. Retoma-se de cada uma das ferramentas as variáveis que respondem aos indicadores propostos à escala do bioma amazônico. O resultado final foi validado com os delegados do grupo temático, obtendo com isso a base do esquema do protocolo, resumida em:



## Tabela exemplo de homologação de variáveis:

Temática: Governança	
Indicador: Figuras de ordenamento fronteiroço	
Bolívia (EGEM)	P2. Concepção e configuração da área.
	PR19. Funciones ecossistêmicas.
	E/I16. Efeitos e impactos nas funções ecossistêmicas.
Brasil (SAMGe)	Seleção listado processos em implementação (Anexo 2).
Brasil (RAPPAM)	a) As políticas governamentais refletem a visão, as metas e os objetivos do Sistema UCs.
	c) Existe um claro compromisso com a proteção de uma rede de UCs viável e representativa.
	n) Existe uma estrutura organizacional que favorece a gestão do sistema de UC.
	o) As instituições administradoras priorizam a formulação dos planos de manejo e gestão das UC.
Colômbia (AEMAPPS)	2.1.2.4. Articulação transfronteiriça para atingir os objetivos de conservação comuns às Áreas Protegidas.
Equador (EEM)	PL6. Os processos de planejamento incorporam elementos externos associados aos objetivos da área (corredores biológicos, bacias hidrográficas, populações, áreas de distribuição de espécies ou habitats críticos) e estão insertos em estratégias regionais de desenvolvimento (PDOT)?
Peru (METT Adaptado)	Não se aplica.
Suriname (METT)	21. O planejamento do uso da terra e da água reconhece o AP e seus objetivos de conservação?
	21a. O planejamento e gestão das bacias e das paisagens, contidas no AP, incorporam a provisão de serviços ambientais em condições adequadas (ex. Volume, qualidade e quantidade de água; níveis de poluição da água, outros), para manter os habitats adequadamente.
	21b. A gestão dos corredores que unem o AP proporcionam a conectividade dos habitats fora da área e favorece a migração das espécies?

## Escala de avaliação:

Porcentagem	Valor Escala	Interpretação
$>0,85 \leq 1$	4	Nível Alto
$>0,60 \leq 0,85$	3	Progresso Médio
$>0,35 \leq 0,60$	2	Progresso Baixo
$0 \leq 0,35$	1	Progresso Limitado

## QUAIS SÃO OS AVANÇOS?

**1.** Relatórios de aplicação do protocolo em 62 áreas amazônicas protegidas, pertencentes à Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador e Peru. Para cada país existem recomendações de política à escala do bioma amazônico, em relação com as temáticas analisadas a partir do protocolo.

Os resultados obtidos por cada uma das temáticas podem ser resumidos assim:

- No que tange à Governança, 52% das áreas amazônicas protegidas em função da efetividade do manejo à escala do bioma amazônico tem Nível Alto; 32% das áreas protegidas tem Progresso Médio; 8% tem Progresso Baixo e 5% tem Progresso Limitado. Sobre o 3% restante não há informação disponível que permita uma análise sobre esta temática.
- Quanto à Mudança Climática, 37% das áreas amazônicas protegidas em função da efetividade no manejo à escala do bioma amazônico tem Nível Alto, e 6% das áreas protegidas tem Progresso Médio. Para o 57% restante a informação relacionada ainda vai ser analisada a partir dos Planos de Manejo e Planos Mestres.
- Quanto à Avaliação dos Impactos Socioambientais, 45% das áreas amazônicas protegidas em função da efetividade no manejo à escala do bioma amazônico tem Nível Alto, 48% tem Progresso Médio, 2% tem Progresso Baixo e 5% tem Progresso Limitado.
- Quanto aos Programas de Manejo, 26% das áreas amazônicas protegidas em função da efetividade no manejo à escala do bioma amazônico tem Nível Alto, 55% tem Progresso Médio, 13% tem Progresso Baixo e 2% tem Progresso Limitado.
- No que toca ao Cumprimento dos Objetivos de Conservação, 89% das áreas amazônicas



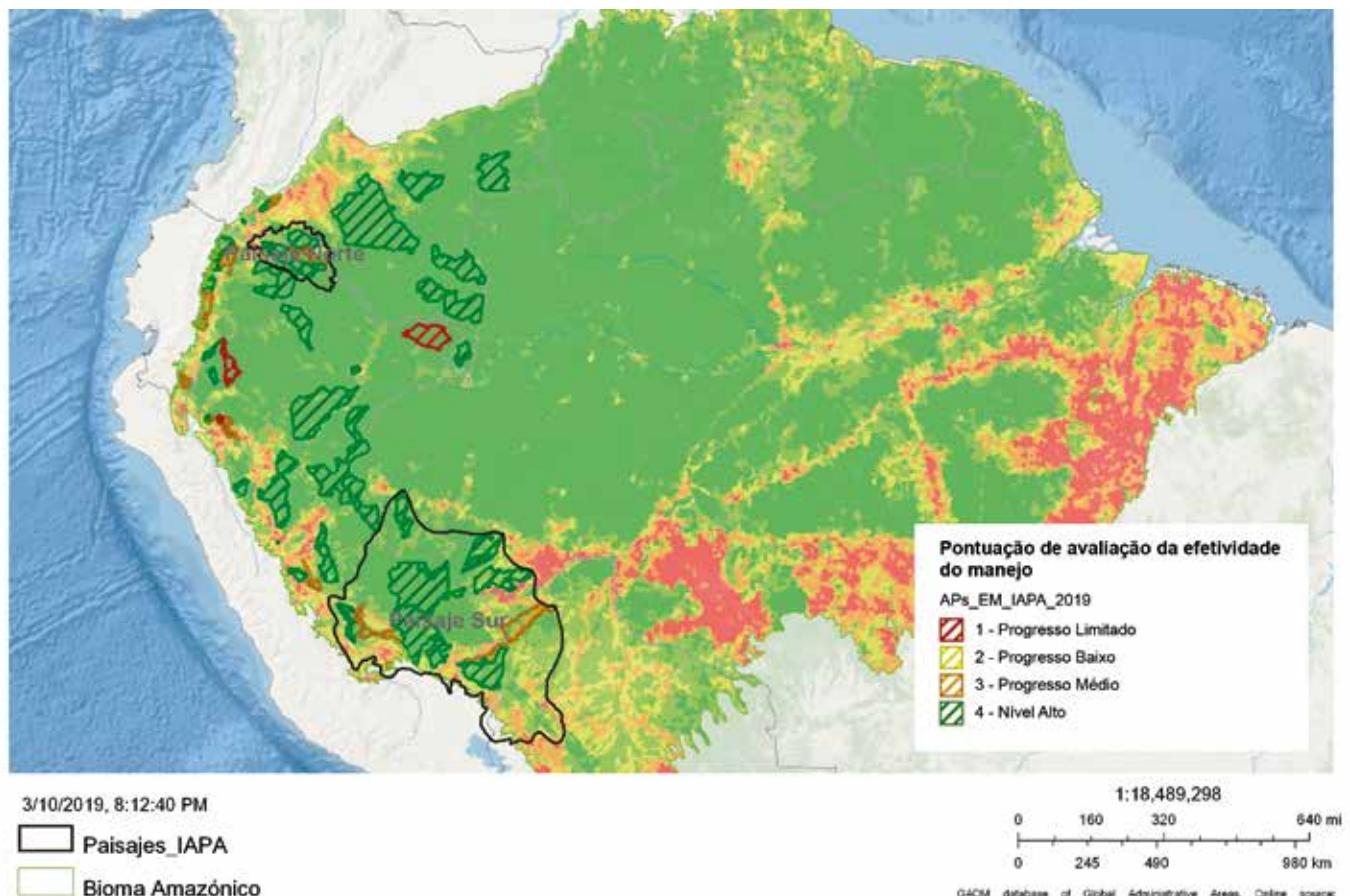
protegidas em função da efetividade no manejo à escala do bioma amazônico tem Nível Alto, 3% tem Progresso Moderado e 2% tem Progresso Baixo. Sobre o 6% restante não há informação disponível para análise.

Após a consolidação das análises, constata-se que o relacionado com os Programas de Manejo

apresenta os menores indicadores de progresso à escala do bioma amazônico; em segundo lugar estão as temáticas relacionadas com a Mudança Climática e com a Avaliação de Impactos. As duas temáticas nas que se evidenciam níveis mais altos de efetividade à escala do bioma amazônico estão relacionados com o Cumprimento dos Objetivos de Conservação das áreas protegidas e a temática da Governança.

**2.** Relatório através do Geovisor (<http://arcg.is/1KPCzC>) com o valor à escala do bioma amazônico dos resultados da aplicação do protocolo por cada uma das áreas protegidas.

### Avaliação da Efetividade do Manejo no Bioma Amazônico



**3.** Processo de homologação ao padrão para a medição da efetividade do manejo do Programa Lista Verde de Áreas Protegidas e Conservadas da UICN, cuja finalidade é incrementar e reconhecer o número de áreas protegidas e conservadas à escala global que são equitativamente governadas e efetivamente manejadas. O padrão global está estruturado por quatro componentes (Boa Governança, Desenho e Planejamento Sólidos, Manejo efetivo e Resultados Bem-Sucedidos de Conservação), 17 critérios e 48 indicadores. Considerando esse padrão e seus componentes, em coordenação com delegados do Grupo Temático, foram relacionadas as temáticas propostas à escala do Bioma Amazônico a cada um dos componentes da Lista Verdes como segue:

<b>Componente Lista Verde</b>	<b>Temática Bioma Amazônico</b>
Boa Governança	Governança
Desenho e Planejamento Sólidos	Mudança Climática
Manejo Efetivo	Avaliação dos impactos socioambientais
	Programas de manejo (Estratégias de gestão para o manejo)
Resultados bem-sucedidos de conservação	Cumprimento dos objetivos de conservação das áreas protegidas



© A. Gambarini/ WWF Bolivia. Guarda-parques na Reserva Natural de Vida Silvestre Amazônica Manuripi, Bolívia.

## RECOMENDAÇÕES E LINEAMENTOS

para o sucesso no manejo e a gestão de áreas protegidas no bioma amazônico

A partir dos resultados obtidos na aplicação do protocolo nas 63 áreas protegidas, foi possível identificar as recomendações abaixo à escala do bioma amazônico:

1. Fortalecer acordos de manejo compartilhado (estabelecidos e assinados) entre a administração das áreas protegidas e as comunidades locais/autoridades tradicionais, estabelecendo os alcances e compromissos no que tange ao manejo e tomada de decisões sobre as áreas e que permitam a implementação de mecanismos de resolução de conflitos.
2. É importante continuar com a gestão necessária para fortalecer a percepção das áreas protegidas como fonte de benefícios, tanto para as comunidades locais quanto para os usuários diretos, para fortalecer igualmente os mecanismos (concertados) de distribuição dos benefícios provenientes da conservação das áreas protegidas.
3. Fortalecer estratégias de mitigação de impactos que resultem na diminuição de conflitos socioambientais que possam afetar a conservação das áreas protegidas e continuar com a implementação de alternativas produtivas sustentáveis de

- impacto econômico, como estratégia de mitigação de ameaças e impactos negativos nas áreas protegidas e sua zona de influência, favorecendo a qualidade de vida dos moradores (beneficiários diretos) das áreas e orientando a sua percepção das áreas e dos serviços que estas prestam.
4. Complementando o anterior, implementar programas de manejo voltados a gerar espaços sociais, participativos e de uso público para as áreas protegidas, partindo de sua função como prestadoras de serviços aos moradores locais e usuários diretos e indiretos (pesquisadores, visitantes e a comunidade em geral).
  5. Fortalecer programas voltados a gerar informação aplicável ao manejo que permita avaliar o estado de conservação da biodiversidade valores culturais presentes nas áreas protegidas. Essa informação deverá ser orientada em termos de biodiversidade, representatividade e singularidade, entre outros critérios.
  6. Melhorar as capacidades institucionais para a gestão e o manejo, considerando as condições próprias de cada área protegida e da instituição central, de modo a responder e agir levando em consideração a realidade dos territórios e as implicações no que tange à governança das áreas protegidas nesse contexto territorial.
  7. Implementar estratégias de ordenamento territorial com o foco da gestão das áreas protegidas em sua integração ao contexto regional, através do qual sejam possíveis processos de conectividade, corredores biológicos, mosaicos, conservação da paisagem, entre outros aspectos.
  8. Garantir o sucesso e o cumprimento dos objetivos de conservação das áreas protegidas em função de espécies, ecossistemas, bens e serviços ecossistêmicos, valores culturais, usos sustentáveis, mitigação de ameaças, entre outros.
  9. É importante visualizar as áreas protegidas como estratégias de adaptação e conservação diante os efeitos da mudança climática e, mais que nada, gerar mecanismos de inclusão à escala regional para fortalecer a gestão no que diz respeito à mudança climática e seus impactos. Igualmente, implementar estratégias de adaptação a partir de informação sobre caracterização climática das áreas protegidas, reconhecendo tendências (históricas) e cenários (futuros) que possam pôr em risco a preservação dos recursos naturais e culturais que as áreas albergam.

## Bibliografía

- Cifuentes, A., Izurieta, A., e Faria, H. d. (2000). *Medición de la efectividad del manejo de áreas protegidas*. Turrialba: World Wildlife Fund (WWF), Cooperação Alemã (GTZ).
- Mayorquin, A., Valenzuela, S., e Rangel-Ch, J. O. (2010). Evaluación de la efectividad del manejo en Reservas Naturales de la Sociedad Civil: una propuesta metodológica. *Caldasia*, 32(2), 381-397.
- Programa Ambiental Regional para Centroamérica - PROARCA. (2004). *Manual para la evaluación rápida de la efectividad del manejo en áreas protegidas marinas de Mesoamérica*. Cidade de Guatemala, Guatemala: Proyecto para la conservación y el uso sostenible del Sistema Arrecifal Mesoamericano.
- Prüssmann, J. e Suárez, C. (2015). Análisis de priorización de áreas de oportunidad de conservación en el bioma amazónico. IAPA-WWF.
- REDPARQUES (2016). *Informe regional de implementación del programa de trabajo sobre áreas protegidas 2011 - 2015: Región bioma amazónico*. Bogotá, Colombia.



IAPA: Integração  
das Áreas Protegidas  
do Bioma Amazônico



© Ernesto Benvides / WWF Peru

Doador



Parceiros



Organização das Nações Unidas  
para a Alimentação  
e a Agricultura